

**Figura 23** Determinação.



**Fonte:** Foto de Zheng Yi, China, 2005.



## Conclusões

*Antes de decidirmos que não podemos investir em um exame que promova um efeito retroativo benéfico, temos que nos perguntar: Qual será o custo de não atingirmos um efeito retroativo benéfico? Quando compararmos o custo de um exame com o desperdício desnecessário de esforços e tempo por parte dos professores e alunos em atividades inapropriadas para o desenvolvimento de seus verdadeiros objetivos de ensino ...vamos entender que não podemos não investir em um exame com um potencial de efeito retroativo benéfico poderoso.<sup>1</sup>*

Hughes<sup>1</sup>

Neste capítulo, apresento as conclusões desta pesquisa (seção 6.1) assim como suas limitações (seção 6.2) e as sugestões para futuras pesquisas (seção 6.3).

### 6.1 RESUMO DAS CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivo principal investigar quais são os efeitos retroativos da prova de língua inglesa do vestibular da Universidade Federal do Paraná, no ensino dessa língua, em nível médio de escolas públicas, privadas e cursos pré-vestibulares.

Os resultados do estudo oferecem evidências de que não há efeito retroativo nos cenários das escolas públicas. O que direciona as aulas são os conteúdos dos sumários dos livros didáticos adotados por cada escola. No caso das duas escolas estudadas, os livros são os mais baratos do mercado e estão embasados em uma visão tradicional de ensino de gramática e tradução.

<sup>1</sup> HUGHES, A. *Testing for language teachers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 47

Os documentos oficiais tais como Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCNEM e PCN+ são parcialmente usados por alguns professores no planejamento dos cursos das escolas públicas, isso porque tais documentos não são totalmente compreendidos por esses profissionais e quando eles os utilizam percebemos que uma série de equívocos são cometidos (ver 5.2.2 e 5.2.3 e anexos H.3 e H.4).

Além disso, tanto os PCNEM quanto os PCN+ apresentam vários problemas: não há clareza de quais competências devam ser ensinadas e nem como serem abordadas; há uma fragmentação teórica e a inclusão de multiconcepções – muitas vezes antagônicas –; é inconsistente a proposta de objetivos para o ensino de LE, ora advoga o ensino da oralidade, ora da leitura; a visão de leitura do documento ainda é aquela pautada nas teorias tradicionais ascendentes de leitura. Esses documentos deixam os professores sem o respaldo necessário para que possam elaborar bons planejamentos e, assim, propiciar condições adequadas em aula para que os alunos se tornem bons leitores, para, então, poderem ser bem sucedidos nas prova de inglês do vestibular. Há, entretanto, convergência entre os PCNs e o exame de inglês do vestibular da UFPR. Ambos são pautados, primordialmente, em uma visão ascendente de leitura. Apesar de configurar a maior parte de sua prova em um modelo ascendente de leitura, os exames da UFPR são instáveis, pois, em algumas provas nota-se uma visão de leitura como construção de sentidos, visão essa que não é contemplada nos PCNs.

Um segundo fator que contribui para que o exame não exerça um efeito retroativo no ensino público é o discurso oficial, que se manifesta através das entrevistas da coordenadora para língua inglesa do ensino médio da SEED, da diretora e diretor-auxiliar e dos professores das escolas públicas. Segundo esses profissionais, os alunos não têm interesse em prosseguir estudos em nível superior e também não vão utilizar a língua inglesa no futuro, uma vez que irão trabalhar em funções menos qualificadas. Por isso, não preparam seus alunos para prosseguirem os estudos em nível superior. Com um discurso totalmente oposto, os alunos asseveram que se tivessem aulas adequadas com qualidade, muitos gostariam de poder competir em grau de igualdade no exame de vestibular com os alunos advindo das escolas particulares. Esses alunos têm uma clara percepção de que são excluídos do ensino superior, mas nada fazem para mudar esse quadro. Como para esse cenário de escola pública o exame de vestibular da UFPR não é uma meta atingível, o exame não é de alta-relevância, ou seja, não é um instrumento importante para a futura vida acadêmica nem profissional desses alunos e, já que tal avaliação não é considerada influente, ela não exerce qualquer efeito no ensino que a precede.

Alguns poucos alunos desse cenário tentam driblar essa condição de inferioridade e submissão procurando cursos pré-vestibulares para alunos de baixa-renda e afrodescendentes. Nesses cursos, notamos que a prova de inglês do vestibular da UFPR causa um efeito, pois é levada em consideração na concepção do curso, na escolha do material didático, na motivação dos professores e alunos, por exemplo.

Alguns efeitos benéficos que o exame trouxe para esse cenário foram: a) o ensino da língua passou a ter objetivos claros e específicos (efeito específico de Watanabe 2003, p. 20), ou seja, os professores priorizaram o ensino de leitura; b) os professores se empenharam mais, procurando informações sobre o exame e materiais didáticos adequados; d) os alunos estudaram mais pelo fato do exame ser um meio para ingressar no ensino superior e, a partir disso, conquistar uma ascensão social (efeito geral de Watanabe op. cit.).

Os aspectos negativos que o exame exerceu foram: a) práticas tradicionais do ensino de gramática e de vocabulário descontextualizadas não foram abandonadas, talvez pelo fato de o exame apresentar alguns problemas estruturais: prioridade ao modelo de leitura ascendente; uso de muitas questões de reconstituição de informação pontuais, lineares e orientadas, e poucas com predominância argumentativa, globais, não lineares e não orientadas; avaliação de construtos diferentes). Além disso, os elaboradores das apostilas não abandonaram itens gramaticais e de vocabulário isolados. Isso pode estar associado ao fato de o exame, esporadicamente, avaliar fragmentos da língua. A falta de comunicação entre o núcleo de vestibular da UFPR e professores da rede pública e cursos pré-vestibulares populares impossibilita que estes profissionais tenham um entendimento do exame e um embasamento teórico suficiente para começarem a desenvolver um trabalho diferenciado em sala de aula e, assim, propiciar condições suficientes e necessárias para que os alunos possam competir em grau de igualdade com os alunos das escolas particulares. Se tais profissionais tivessem uma formação acadêmica boa é provável que muitos problemas apresentados neste estudo pudessem ser resolvidos por eles mesmos, sem a ajuda dos elaboradores do exame.

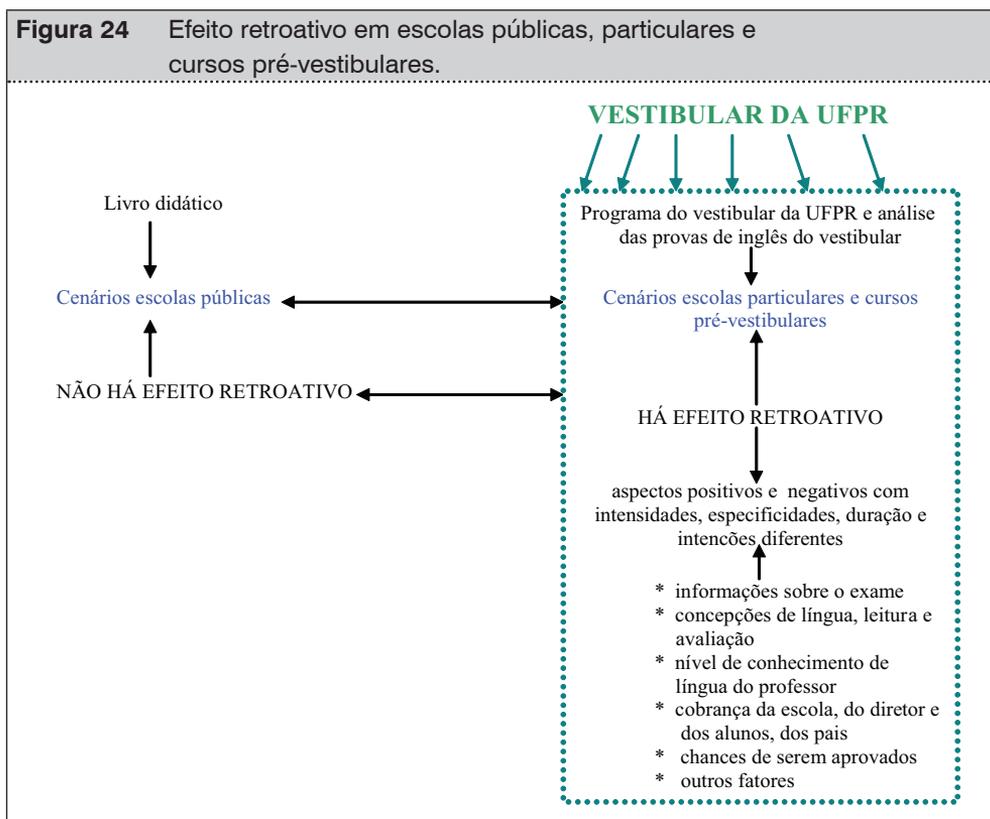
Podemos afirmar, portanto, que o efeito retroativo, no cenário cursos pré-vestibular para baixa renda e afro-descendentes, é parcial, uma vez que houve influências positivas como as citadas acima, mas que também suscitou algumas influências negativas. O exame por si só não foi suficiente para que mudanças maiores fossem sentidas (Scaramucci 1998a e b, 1998/1999, 1999c, 2001/02, 2002a, 2004 a e b). Alguns efeitos foram gerais (itens a, c e d neste mesmo parágrafo) e outros específicos (como o item b). Apesar de o exame

exercer influência nos cursos pré-vestibulares, pois influencia os objetivos, o programa do curso e o material didático adotado, a falta de informação que os professores e diretores têm sobre as concepções de leitura, língua e avaliação mais recentes e as que embasam o exame, compromete o sucesso de transformar seus alunos em bons leitores. Além disso, o efeito é sentido somente durante um período de um ano (duração do curso pré-vestibular), tempo insuficiente para eliminar a defasagem de conhecimento em que se encontram seus alunos (Watanabe 2003, p. 20-1).

Já nos cenários escolas particulares, nota-se que o efeito retroativo do exame de inglês da UFPR está presente nas concepções dos cursos, na definição de objetivos e no planejamento das ementas destes cursos, na escolha (por parte da escola e professores) dos materiais didáticos, nas concepções das apostilas e materiais didáticos (por parte dos elaboradores), na motivação dos diretores e professores em buscar informações sobre o exame e na motivação dos alunos de estudarem mais a disciplina para passarem no exame. Porém, pelo fato de o exame apresentar alguns problemas (ver item 4.1.2), como já foi dito anteriormente, percebemos que a mudança do vestibular priorizando a avaliação da leitura não foi suficiente para que os professores mudassem a prática do ensino fragmentado e descontextualizada de gramática e vocabulário que ainda está bastante presente em sala de aula. Um outro efeito negativo é que o ensino de leitura se restringe à reconstituição de informação pontual, linear e orientada uma vez que o exame avalia, prioritariamente, questões desse tipo: mudou-se o conteúdo, mas não a abordagem e visão de leitura. Além disso, o exame pode ter provocado um estreitamento do currículo, pois o ensino de outras habilidades como a oralidade, compreensão auditiva e a produção escrita são desconsideradas. Certamente cursos como Letras-Inglês, Turismo e Comunicação Social se beneficiariam se tivessem alunos que já falassem a língua e isso somente ocorreria se o exame de vestibular selecionasse candidatos que, além de ler, soubessem falar e compreender a língua. Caso o exame focasse a avaliação nessas habilidades é provável que o ensino médio de muitas escolas passasse a incluir o ensino da oralidade e compreensão oral.

Portanto, concluímos que o efeito retroativo da prova de inglês do vestibular da UFPR não ocorre nas escolas públicas. O que direciona o ensino desses cenários é o livro didático (com uma proposta de ensino tradicional de gramática e tradução descontextualizado) adotado na escola. No entanto, pode-se perceber o efeito retroativo nos outros cenários – escolas particulares e cursos pré-vestibulares – ora positivo, ora negativo, além de ter intensidades diferentes, pois há fatores que interferem no fenômeno, como informações que os professores têm sobre o exame, concepções de língua, leitura e avaliação

desses professores, nível de conhecimento de língua desses profissionais, cobrança dos diretores, do grupo social (os pais e alunos), e chances de aprovação dentre outros. O que realmente direciona o ensino desses cenários é o programa oficial do exame de vestibular da UFPR.



A figura acima sintetiza os resultados desta pesquisa. De um lado, as escolas públicas nas quais o efeito retroativo não é percebido e nas quais os objetivos do curso são estipulados a partir dos livros didáticos adotados pela escola. De outro lado, as escolas particulares e cursos pré-vestibular, ambos cenários afetados pelo efeito retroativo com intensidades, especificidades, duração e intencionalidades diferentes. Os objetivos dos cursos são elaborados a partir do programa oficial do vestibular da UFPR e, para o Colégio DB, pela análise das provas também. O que vai interferir e determinar os efeitos positivos e negativos são fatores tais como informações que os professores têm sobre o exame, suas concepções de língua, leitura e avaliação, seu nível de conhecimento da língua, a cobrança da escola, do diretor e dos alunos, dos pais, as chances de serem aprovados, dentre outros.

Os elaboradores da prova de inglês do vestibular da UFPR têm consciência de que seus exames influenciam o ensino de muitas escolas e cursos, mas desconhecem o conceito de efeito retroativo e todo potencial benéfico que um exame – bem elaborado – pode exercer no ensino que o precede e, portanto, não têm uma preocupação consciente de investigar se seu exame exerce ou não efeito retroativo e como tal fenômeno ocorre nos cenários dos quais seus candidatos são oriundos. Apesar de o exame de vestibular da UFPR ser de alta relevância e influenciar o ensino, os materiais didáticos, os documentos de muitas escolas, não se nota, por parte dos elaboradores dos exames, uma intenção consciente de fazerem com que seus exames exerçam influências positivas no ensino da língua inglesa no ensino médio.

## 6.2 CONTRIBUIÇÕES

Ao mostrar como o efeito retroativo pode estar relacionado com classe social, ou seja, como o fenômeno acontece em um ambiente no qual há grandes diferenças sociais, como no Brasil, este estudo faz a sua contribuição para que possamos entender como uma classe dominante perpetua sua hegemonia através da supremacia do conhecimento. Estudos sobre efeito retroativo já foram feitos em vários países considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento – onde há diferenças sociais que refletem nos recursos humanos, condições estruturais, forças na sociedade – (Projeto Sri Lanka, Alderson e Wall 1989 e 1993, Projeto na Universidade de Bogazici, Hughes 1988, Projeto School Leaving Certificate no Nepal, Khaniya, 1990), mas poucos centraram suas investigações nesse aspecto. No Brasil, o estudo mostra como é que as classes privilegiadas se mantêm – através da busca e concentração de informações sobre o exame, da motivação da escola e do professor em preparar seus alunos para entrarem no ensino superior, da busca de materiais didáticos adequados, por exemplo; e como as classes desprivilegiadas são tolhidas por um sistema educacional falido de ensino de qualidade que lhes possibilitaria tornarem-se cidadãos ativos e participativos para lutar contra a desigualdade social. O discurso da coordenadora da SEED, dos diretores e professores das escolas públicas de que seus alunos não têm interesse em prosseguirem os estudos superiores e que não têm capacidade para isso é marcado por uma ideologia ancorada na concepção de que existe um grupo superior que foi marcado para prosseguir seu estudo em nível superior, e um outro, marcado para trabalhar em funções de baixa qualificação e remuneração e que, muitas vezes, serve ao primeiro grupo. Esse discurso contribui para a produção (reprodução) e manutenção das relações sociais de poder neste país.

Uma segunda contribuição está relacionada à metodologia empregada. Um grande número de estudos sobre o efeito retroativo limita sua abrangência a um ou dois participantes (*stakeholders*) influenciados pelo o exame, ora centrado no ensino, ora na aprendizagem. Alguns estudos concentram-se em alunos, ou professores, ou alunos e professores ou professores e *policy makers* (agentes da educação que definem políticas para a educação). Outras investigações ainda incluem a observação de sala de aula juntamente com as percepções dos professores para poderem comparar o discurso com a prática.

Neste estudo, diferentemente de todos os outros, decidimos abranger o maior número possível de participantes que influenciam ou são influenciados pelo exame de vestibular da UFPR, tais como os elaboradores da prova de inglês do vestibular, os diretores das escolas, os professores, os alunos, os elaboradores de materiais didáticos além da coordenadora para língua inglesa da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, e observações das aulas dos professores entrevistados. Incluíram-se também todos os cenários possíveis nos quais o exame pudesse exercer influência, como as escolas públicas, as particulares e cursos pré-vestibulares. Caso esta investigação se limitasse a um ou dois participantes, como a maioria dos estudos já desenvolvidos, não haveria a possibilidade de enxergarmos o fenômeno como um todo e muitos aspectos interessantes e determinantes do efeito seriam desprezados. Correria-se o risco de obtermos uma visão fragmentada e incompleta de como o fenômeno interfere no ensino que precede ao exame.

Finalmente, uma terceira contribuição está relacionada com as implicações práticas deste estudo. Pretendo, através desta investigação, alertar todos os participantes para o fato de que o vestibular é um exame de alta relevância e que tem um potencial para exercer influência no ensino que o precede. Quero chamar a atenção para o fato de que o efeito retroativo pode ser de natureza positiva ou negativa, dependendo de fatores técnicos, culturais, sociais e emocionais. Tecnicamente falando, para que um exame de alta-relevância tenha um potencial benéfico de influenciar o ensino que o precede é desejável que a avaliação seja bem estruturada e embasada em abordagens e modelos expressivos de ensino de LE. Fatores culturais e sociais, tais como a importância de se ingressar em um ensino superior para um grupo, acesso à informação, dentre outros também contribuem para delimitar o efeito. Um fator emocional, como a motivação de professores e alunos, por exemplo, também interfere na dimensão do efeito.

Além disso, considero que quanto mais o fenômeno for compreendido, melhor ele poderá ser aproveitado em benefício da comunidade escolar. A

formação dos profissionais de educação, especialmente a dos professores, precisa ser revista com atenção. É necessário que os cursos de formação de professores abordem questões primordiais sobre avaliação e, em específico, sobre o efeito retroativo.

Como os estudos sobre o efeito retroativo de um exame vestibular no Brasil são recentes, muitas outras pesquisas se fazem necessárias em outros cenários e com outros exames e provas.

### 6.3 LIMITAÇÕES

Apesar do desenho da metodologia ser inédito na área dos estudos sobre o efeito retroativo em língua estrangeira, ele também impõe algumas restrições pela sua abrangência. Este tipo de metodologia impossibilita um estudo aprofundado de todos os cenários e dos participantes, mas, ao mesmo tempo, nos permite uma visão ampla de várias perspectivas possíveis do fenômeno.

O efeito retroativo é um fenômeno ainda pouco conhecido na área de educação e, menos ainda, no ensino de língua estrangeira. Este estudo mostra que um exame de alta-relevância para uma camada da sociedade (para escolas particulares e cursos pré-vestibulares), como a do vestibular da UFPR, influencia o ensino médio de muitas escolas e cursos. Compreender o que é o efeito retroativo, como ele acontece ou não nos diferentes cenários e com que intensidade, quais são as percepções dos participantes sobre o assunto, é primordial para entendermos como um exame de alta relevância pode estar a serviço da comunidade escolar. Um exame que seja bem estruturado, dentro de concepções correntes de ensino/aprendizagem, pode e deve servir de parâmetro para estabelecimento de objetivos claros para o ensino que o precede. Para isso, necessitamos de investimentos e trabalhos conjuntos com a universidade e com as autoridades federais, estaduais e municipais no sentido de capacitar a comunidade escolar, além de financiar pesquisas sobre: a) o efeito retroativo do exame de vestibular (O fenômeno acontece? Em quais circunstâncias? Por que acontece? Como acontece? Em que população o efeito é sentido? Em qual população ele não é sentido? Por quê?); b) sobre validade preditiva (O exame cumpre com seu objetivo, ou seja, os candidatos que passaram na prova conseguem desempenhar – após a aprovação – o construto que foi avaliado satisfatoriamente?); c) teoria da inovação (Como posso inovar? Quais são os critérios para inovar? Quais são os aspectos a considerar quando quero inovar? Como é que a teoria da inovação pode nos auxiliar quando queremos mudanças no ensino?), dentre outras – para expandirmos nosso conhecimento de como

podemos melhorar nossa qualidade de ensino. É necessário também melhorar a qualidade do exame de inglês do vestibular da UFPR para transformar tal avaliação em um instrumento potencial positivo para influenciar o ensino que o precede. Como bem diz Hughes (1989, p. 47) na epígrafe desta conclusão, “não podemos não investir em um exame que possa ter um efeito retroativo benéfico”, pois estaremos pondo em risco todo o tempo e esforço dispensado pelos diretores, professores e alunos durante anos de suas vidas. Os elaboradores de exames de vestibulares têm que ter consciência de o quanto seus exames influenciam o ensino médio, e deveriam trabalhar para que suas provas promovam um efeito retroativo positivo (para isso, é necessário que eles elaborem exames de leitura embasados em uma visão de construção de sentidos e assim, melhorarem o nível da avaliação, além de escreverem documentos e promoverem palestras e cursos abertos a todas as escolas e professores sobre o exame e sobre a concepção que está subjacente a ele). A Secretaria da Educação do Estado do Paraná, juntamente com seus diretores, coordenadores, orientadores e professores deveriam conhecer as teorias que envolvem o ensino, a aprendizagem, a avaliação de suas disciplinas, bem como o efeito retroativo de exames de alta relevância e, a partir daí, promover um melhoramentos no ensino público. Permitir-se-ia, assim, que os alunos das classes C, D e E tivessem condições de competir em grau de igualdade para uma vaga em uma instituição superior pública. Se a comunidade escolar não aprofundar seus conhecimentos nas áreas citadas acima, esses profissionais podem se transformar em “Aprendizes de Feiticeiro” (*sorcerer’s apprentice approach*, John B. Carroll), ou seja, são profissionais que não têm um entendimento profundo das teorias de ensino e avaliação. Brown,<sup>2</sup> ao se referir ao termo usado por Carroll, afirmou:

*“Você lembra, tenho certeza, da história do aprendiz de feiticeiro. Ele aprendeu algumas poucas palavras que permitiam a seu mestre fazer coisas maravilhosas e ele tentou usar as mesmas palavras, mas sem o conhecimento profundo de seu mestre do que estava fazendo. E, não surpreendentemente, aconteceu um desastre. A mim, parece que muitos professores de língua no Japão estão no mesmo barco que o aprendiz de feiticeiro quando falamos sobre avaliação. Eles sabem um pouco, mas não têm um conhecimento profundo do que estão fazendo. E como o aprendiz, eles freqüentemente acabam causando problemas para eles mesmos.”<sup>iii</sup> (tradução minha)*

.....  
<sup>2</sup> Brown, J. D. (1996). Japanese entrance exams: A measurement problem? *The Daily Yomiuri* (Educational Supplement, February 5, 1996), 15.

Esta investigação mostra que a situação dos profissionais do Brasil não é diferente da situação dos professores do Japão. Está na hora de os governos federais, estaduais e municipais se preocuparem em propiciar condições estruturais e acadêmicas para que os professores e os profissionais da educação deste país saiam da condição de aprendizes de feiticeiro.

## NOTAS

- <sup>i</sup> Before we decide that we cannot afford to test in ways that will promote beneficial backwash, we have to ask ourselves a question: What will be the cost of not achieving beneficial backwash? When we compare that the cost of the test with the waste of effort and time on the part of teachers and students in activities quite inappropriate to their true learning goals ... we are likely to decide that we cannot afford not to introduce a test with a powerful beneficial backwash effect.
- <sup>ii</sup> You remember, I'm sure, the story of the sorcerer's apprentice. He learned a few words that allowed his master to do wonderful things and he tried to use the same words himself but without his master's deep understanding of what he was doing. And, not surprisingly, disaster struck. It seems to me that most language teachers in Japan are in the same boat as the sorcerer's apprentice when it comes to testing their students. They know a little bit but don't have a deep understanding of what they are doing. And like the sorcerer's apprentice they often end up causing problems for themselves.